



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SC**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018**

*HABILITAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE  
HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO  
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.*

O MUNICÍPIO DE ITAJAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.83.102.277/0001-52, com sede na Rua Alberto Werner, nº 100, Centro, representado por seu Secretário Municipal de Habitação, **CONVIDA** as empresas do ramo da construção civil, com comprovada Capacidade Técnica, a manifestarem interesse na apresentação de proposta para a produção de habitação de interesse social, na tipologia Apartamento, conforme as condições e especificações constantes neste Edital.

Este Edital de Chamamento Público, os respectivos anexos, informações e esclarecimentos necessários, estarão disponíveis a partir de 20/11/2018 até 05/12/2018, das 13:00h às 19:00h junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, localizada à Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, CEP 88.304-053, Itajaí/SC, bem como no endereço eletrônico <[https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico\\_link/87](https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/87)>, relativo a Licitações.

Informações e esclarecimentos técnicos estarão disponíveis a partir de 20/11/2018 até 05/12/2018 das 13:00h às 19:00h junto à Secretaria Municipal de Habitação de Itajaí, localizada junto à Rua Antônio Caetano, nº 105, Fazenda, Itajaí/SC.

A abertura dos envelopes das empresas interessadas no referido processo, será no dia 06 de dezembro de 2018 as 16:00 horas, na Sala de Licitações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

**1 – DO OBJETO:**

- 1.1 – O presente Edital tem por objeto a habilitação de empresa do ramo da construção civil para apresentação de proposta para construção de 400 (quatrocentas) Unidades Habitacionais (UH) de interesse social, na tipologia Apartamento, no valor máximo de aquisição de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por Unidade Habitacional, no âmbito do Programa Minha Casa



Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), totalizando no máximo o valor global de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a produção do empreendimento, visando atender a necessidade de moradia da população de baixa renda, programa operado pela Caixa Econômica Federal, nos termos preconizados pela legislação vigente do PMCMV – FAR – FAIXA 1, vinculado ao PAC, de acordo com a Lei Federal nº 11.977, de 07 de julho de 2009 e alterações posteriores, bem como as diretrizes, regras e condições do Ministério das Cidades e demais regulamentos aplicáveis.

- 1.2 – As Unidades habitacionais de que trata este Edital deverão ser construídas em terreno atualmente de propriedade do Município e que será doado ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme autorização da Lei Municipal nº 6.830, de 14 de dezembro de 2017.
- 1.3 – O Município de Itajaí, única e exclusivamente, fará a habilitação das empresas interessadas participantes deste Edital e oficializará esta informação à Caixa Econômica Federal.
- 1.4 A habilitação das empresas participantes deste Edital não implicará na sua contratação pelo agente financeiro autorizado – Caixa Econômica Federal.
- 1.5 A seleção da empresa habilitada e a sua contratação ao Programa Minha Casa Minha Vida dependerá única e exclusivamente da Caixa Econômica Federal.
- 1.6 A identificação do terreno constitui o ANEXO I deste Edital.
- 1.7 – Todos os levantamentos topográficos, desenvolvimento e aprovações de projetos, estudos e licenças ambientais, taxas e emolumentos, infra-estrutura, etc., necessários à aprovação e execução dos projetos executivos, conforme legislações municipal, estadual e federal vigentes, ficarão ao encargo da empresa selecionada pela CEF.
- 1.8 – Esta também deverá elaborar e executar projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil, conforme Resolução nº 307/02 – CONAMA, e alterações posteriores.



- 1.9 – A empresa interessada deverá apresentar projeto básico de engenharia, com implantação dos dois Condomínios, contemplando todas as 400 unidades habitacionais, e projeto arquitetônico dos Blocos de apartamentos, conforme orientações contidas no Anexo VI.

## **2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- Poderão participar deste procedimento, as empresas cujo objeto social seja compatível com o objeto do presente Edital.
- As empresas participantes deverão atender a todas as exigências constantes neste Edital.
- No caso de participação de filial de empresa deverá ser apresentada a documentação da matriz e da filial que pretende participar do certame.
- Para futura contratação da empresa habilitada nos termos deste Edital junto ao agente financeiro Caixa Econômica Federal – CAIXA, deverão ser atendidas as normas internas daquele órgão, não cabendo ressarcimento, por parte do Município de Itajaí, de quaisquer valores preliminares despendidos pela empresa na elaboração de estudos, sondagens, projetos, entre outros, para contratação ou em decorrência de sua negativa pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal – CAIXA.
- Ao Município de Itajaí não caberá qualquer responsabilidade decorrente da não contratação da empresa selecionada pelo agente financeiro Caixa Econômica Federal – CAIXA, qualquer que seja a razão alegada, figurando a empresa selecionada pela CAIXA como única e completa responsável pelo atendimento às exigências formuladas pelo agente financeiro.
- No caso de eventual inviabilidade de qualquer das áreas elencadas no Anexo I, não caberá nenhuma indenização à empresa selecionada na forma deste Edital, por qualquer valor despendido ao participar do presente procedimento.
- As empresas participantes deverão realizar vistoria técnica nas áreas abrangidas neste Edital, como condição para a participação neste procedimento, com a finalidade de verificar todos os aspectos técnicos que possam influir na elaboração da sua proposta, devendo ser realizada por representante designado com credencial assinada pelo responsável legal da empresa, conferindo-lhe poderes para vistoriar a localidade onde serão executadas as obras e serviços.



- O agendamento da Vistoria Técnica deverá ser feito através do telefone (47) 3908-5627, no horário das 13h00 às 19h00, com a antecedência adequada.
- Caso a empresa não tenha interesse em realizar a vistoria técnica monitorada, deverá requerer formalmente à Secretaria Municipal de Habitação sua dispensa por meio de Ofício no primeiro dia útil que anteceder a sessão de abertura.
- Todas as empresas participantes deverão apresentar a Declaração de Vistoria Técnica conforme modelo Anexo IV, independentemente de tê-la realizado ou solicitado sua dispensa.
- Somente poderão participar deste procedimento empresas que não incorram nos impedimentos previstos no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e ainda que:
- Estejam legalmente constituídas e tenham em seu objeto social atividade compatível com o objeto da presente licitação, bem como satisfaçam as exigências deste edital;
- Não possuam em seu quadro diretivo ou societário, membro que integre esses quadros em outras sociedades contratadas pelo Município de Itajaí, para prestação de serviços de gerenciamento e fiscalização de obras, ou outros cuja execução, concomitantemente com a do objeto deste Edital, possa acarretar ofensa aos princípios que regem os atos administrativos;
- Cumpram as normas relativas à saúde e segurança no trabalho dos seus funcionários nos termos da legislação vigente;
- não estejam cumprindo a pena de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com o Município de Itajaí, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
- não tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93;
- não estejam impedidas de licitar e contratar com a administração, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- não tenha sofrido a pena de interdição temporária de direito, nos termos do artigo 10



da Lei Federal nº 9.605/98.

- que tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- que não tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011, presumindo-se, pela sua simples afluência ao procedimento com a apresentação de proposta, que tem situação de regularidade quanto ao comprometimento de contratação perante a CEF;
- que não tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;
- que cumpram com o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- Não será admitida a participação em Consórcio;
- As empresas participantes devem ter pleno conhecimento das regras constantes neste Edital, das condições gerais e específicas do objeto deste procedimento de CHAMAMENTO, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e integral cumprimento do contrato decorrente deste procedimento.
- A participação da interessada implica na aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Edital, bem como na observância das normas e regulamentos aplicáveis ao Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – FAR – FAIXA 1.

### **3 – DA HABILITAÇÃO:**

- 3.1 Para manifestação de interesse junto a este Município, a empresa proponente deve estar habilitada nos seguintes termos:
  - a) Possuir conceito de análise de risco de crédito favorável e vigente, junto à Caixa Econômica Federal;



- b) Apresentar situação regular junto ao Governo Municipal, Estadual e Federal.
- 3.2 – A participação da interessada implica a aceitação integral e irretratável dos termos, condições e anexos deste Edital, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao **Programa Minha Casa Minha Vida – FAR – FAIXA 1**.
- 3.3 – A empresa proponente deverá apresentar, devidamente preenchida, até o dia 05 de dezembro de 2018, até as 19 horas, na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, em um único envelope, os documentos descritos no subitem 3.4. O envelope deverá constar na parte externa os seguintes dizeres:

**EDITAL DE CHAMAMENTO N. 001/2018**  
**TERRENO: Rua Hamilton Pimentel – Bairro Cordeiros.**  
**DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**  
**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

- 3.4 - Para a habilitação, o envelope a ser protocolado pela empresa interessada deverá conter:

**Documentos de caráter geral:**

- a) Declaração manifestando o interesse na produção de unidades habitacionais, no âmbito do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, nos termos do ANEXO II deste Edital;
- b) Declaração de conhecimento do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009 e suas alterações posteriores, com diretrizes gerais definidas pelo Ministério das Cidades, nos termos do ANEXO III deste Edital;
- c) Declaração assinada pelo representante legal da empresa interessada, comprovando que o mesmo vistoriou os terrenos descritos no ANEXO I, tomando conhecimento de todas as condições em que os mesmos se encontram, nos termos do ANEXO IV deste Edital;
- d) Declaração de Renúncia de Indenização, subscrita por representante legal da empresa participante, elaborada em papel timbrado, preenchida conforme modelo específico, ANEXO V, demonstrando ciência de que não lhe caberá



nenhuma indenização por quaisquer valores preliminares despendidos para elaboração de estudos, sondagens, projetos, entre outros necessários à contratação junto ao agente financeiro Caixa Econômica Federal – CAIXA ou em decorrência de sua negativa.

**Documentos relativos à habilitação jurídica:**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**Documentos relativos à qualificação técnica:**

- a) Comprovação de possuir no seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior detentor(es) do que segue:
  - a1) Atestado(s) ou certidão(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico, expedido(s) pelo(s) Conselho(s) Técnico(s) da(s) região(ões) onde a(s) obra(s) e serviço(s) tenha(m) sido executada(s), que comprove(m) que o **profissional** executou ou participou de execução de obras e serviços semelhantes em características ao objeto deste instrumento.
- b) A comprovação de vínculo profissional poderá se dar da seguinte forma:
  - i) no caso de profissional empregado, por meio de Ficha de Registro de



Empregado ou cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

- ii) no caso de profissional proprietário ou sócio da empresa participante, mediante apresentação do contrato social em vigor;
  - iii) no caso de sociedade por ações, ato constitutivo em vigor, acompanhado da prova de eleição de seus administradores em exercício;
  - iv) no caso de profissional autônomo, mediante contrato de prestação de serviços, com cunho de permanência, sem natureza eventual ou precária.
- c) Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem que a empresa executou as seguintes obras e serviços de engenharia, que correspondem às parcelas de maior relevância do objeto licitado, assim considerados 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidades habitacionais do agrupamento de interesse.
- d) Prova de registro ou inscrição junto ao Conselho(s) Técnico(s) competente(s), da empresa e de seus responsáveis técnicos.
- e) Declaração de Vistoria Técnica do local da obra, conforme minuta anexa a este edital (Anexo IV).

**Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:**

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede da empresa participante, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data fixada para o recebimento das propostas, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.
  - a1) Caso a empresa participante esteja em recuperação judicial deverá apresentar o Plano de Recuperação, já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, apto a comprovar sua viabilidade econômico-financeira, inclusive, pelo atendimento de todos os requisitos de habilitação econômico-financeiras estabelecidos neste edital.
  - a2) Caso a empresa participante tenha estado em regime de





concordata ou recuperação judicial, deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, prova de resolução judicial do processo, emitida há menos de 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega da proposta, se outro prazo não estiver assinalado em lei ou no próprio documento.

- a3) Se a empresa participante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “c” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

**Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ – do Ministério da Fazenda, comprovando situação ativa, sendo aceito documento extraído via Internet;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, quando for o caso, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa relativas a tributos federais e à Dívida Ativa da União, com prazo de validade em vigor, conforme Decreto Federal nº 8.302/14 e Portaria do Ministério da Fazenda 358/14;
- d) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da empresa participante, quando for o caso, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- e) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da empresa participante, quanto aos tributos mobiliários, quando for o caso, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;
- f) Certificado de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com prazo de validade em vigor.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 642-A).



### Informações complementares

- a) Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente.
  - b) A Comissão de Licitação poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar do respectivo envelope.
  - c) Serão aceitas Certidões Negativas e Certidões Positivas com Efeito de Negativas.
- 3.5- A participação das empresas interessadas implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos, condições e anexos deste Chamamento, bem como a observância das normas e regulamentos aplicáveis ao PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009, e suas alterações posteriores, com diretrizes gerais definidas pelo Ministério das Cidades.
- 3.6- Não serão aceitas manifestações de interesse de empresas que não atendam aos termos deste Edital.
- 3.7- Cumpridos os procedimentos dos subitens anteriores, serão declaradas **HABILITADAS** as empresas cujos requerimentos atendam às exigências deste Edital e **INABILITADAS** aquelas que não atendam.
- 3.8- Homologado o processo, o Município de ITAJAÍ emitirá e publicará o competente **TERMO DE HABILITAÇÃO**, indicando as empresas habilitadas, conforme **ANEXO VII** deste Edital.

## 4 – DA PROPOSTA

- 4.1- A empresa selecionada e oficializada pela CEF para apresentação de proposta, deverá num prazo máximo de 5 dias agendar reunião com os membros técnicos da Secretaria de Habitação (SEHAB), e um representante do agente



financiador, no caso a Caixa Econômica Federal, para que seja elaborada proposta técnica completa.

4.2- Num prazo não superior a 15 dias após a reunião técnica, a empresa selecionada pela Caixa Econômica Federal deverá apresentar pré-proposta concisa, impressa e em meio digital, com a planta de todos os documentos necessários para sua total compreensão à SEHAB que submeterá à sua equipe técnica que deverá dar o parecer sobre a pré-proposta num prazo máximo de 5 dias úteis.

- a. Em caso de parecer favorável deverá a empresa apresentar a proposta definitiva e todos os detalhes necessários para sua execução num prazo não superior a 15 dias corridos da data do recebimento do parecer favorável uma cópia à equipe técnica e outra a Caixa Econômica Federal que procederá com suas análises para a viabilização do repasse;
- b. Em caso de negativa, a empresa deverá fazer os reajustes necessários e submeter a proposta novamente para a Equipe Técnica da SEHAB, que deverá dar um novo parecer num prazo máximo de 5 dias úteis;

4.3- Além das exigências contidas neste Edital, as empresas habilitadas deverão atender às demais condições de contratação do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme critérios estabelecidos pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira autorizada a executar o PMCMV e do Município.

4.4- As propostas a serem apresentadas pelas empresas deverão considerar as especificações do Programa Minha Casa Minha Vida.

## **5 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

- 5.1 – A habilitação realizada pelo Município de Itajaí na forma preconizada neste Edital, somente terá eficácia se for celebrado contrato no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida entre a empresa e a Caixa Econômica Federal, não cabendo ao Município ou a Caixa ressarcir a empresa por qualquer valor despendido.
- 5.2 - O presente processo de habilitação poderá ser revogado, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado.



- 5.3 – Cada empresa interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo de habilitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação, ou, caso tenha sido a habilitada, na revogação do Termo de Habilitação, sem o prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 5.4 – Fica sob inteira responsabilidade dos participantes o acompanhamento do processo de seleção, bem como de eventuais erratas, aditivos, respostas a questionamentos e alterações que eventualmente venham a ser introduzidas no Edital e seus anexos, via site do Município de Itajaí <[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)> e <[https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico\\_link/87](https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/87)>.
- 5.5 – As decisões referentes a este processo de seleção serão comunicadas aos participantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, ou então, mediante publicação no Jornal do Município, órgão oficial do Município de Itajaí, acessível via internet no link <[https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico\\_link/61](https://portaldocidadao.itajai.sc.gov.br/servico_link/61)>.

## **6 – DOS ANEXOS DO EDITAL:**

ANEXO I – Documentação e Planta dos Terrenos;

ANEXO II – Manifestação de Interesse;

ANEXO III – Declaração de Conhecimento do PMCMV;

ANEXO IV – Declaração de Vistoria dos Terrenos;

ANEXO V – Declaração de Renúncia de Indenização;

ANEXO VI – Especificações Gerais do Empreendimento;

ANEXO VII – Minuta do Termo de Habilitação.

Município de Itajaí/SC, 13 de Novembro de 2018.

**Odivan Wivaldo Linhares**  
Secretário Municipal de Habitação



## ANEXO I

### DOCUMENTAÇÃO (cópia das Matrículas) E PLANTA DOS TERRENOS

#### TERRENOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ:

ÁREA 02 – Matrícula nº 65.608

ÁREA 03 – Matrícula nº 65.867

**Observação:** As Áreas 02 e 03 são resultantes de desmembramentos da Matrícula nº 38.137, também de propriedade do Município de Itajaí.



## **ANEXO II**

### **MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE**

Pelo presente termo, a (nome da Construtora), inscrita no CNPJ sob n. (número do CNPJ da Construtora), sediada a (endereço da Construtora), neste ato representada por (nome do representante legal da Construtora), inscrito no CPF sob n. (número do CPF do representante legal da Construtora), vem manifestar junto ao Município de ITAJAÍ, seu interesse em apresentar proposta de produção de unidades habitacionais nos imóveis descritos no ANEXO I do Edital de Chamamento Público nº 001/2018, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR – FAIXA 1, vinculado ao PAC.

Declara, na oportunidade, que obteve conceito na análise de risco de crédito da Caixa Econômica Federal, satisfatório para a contratação de operações no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

Para comprovação da regularidade e qualificação no processo de habilitação, apresenta anexa a esta manifestação de interesse a documentação abaixo:

Local e data.

---

Nome e assinatura do representante legal



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO PMCMV

Pela presente declaração, a (nome da construtora), inscrita no CNPJ (número do CNPJ da construtora), sediada na (endereço da construtora), neste ato representada por (nome do representante legal da construtora), inscrito no CPF sob n. (número do CPF do representante da construtora) **DECLARA**, para os devidos fins de participação no processo de seleção de Chamamento nº 001/2018, que tem total conhecimento do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), instituído pela Lei Federal n. 11.977, de 07/07/2009 e alterações posteriores, e Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), com diretrizes, regras e condições definidas pelo Ministério das Cidades, tendo como Agente Executor do Programa a Caixa Econômica Federal, Instituição Financeira Oficial autorizada, submetendo-se a todas as regras ali fixadas.

Local e Data

---

Nome e assinatura do representante legal



## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO DE VISTORIA DOS TERRENOS

Pela presente declaração, a (nome da construtora), inscrita no CNPJ sob n. (número do CNPJ da construtora), sediada na (endereço completo da construtora), neste ato representado por (nome do representante legal da construtora), **DECLARA** para os devidos fins de participação no processo de seleção de Chamamento nº 001/2018, que **VISTORIOU** os terrenos descritos no **ANEXO I**, localizados na Rua Hamilton Pimentel, Bairro Cordeiros, Itajaí/SC, informando estar ciente de todas as condições em que os mesmos se encontram bem como das exigências legais, municipais, estaduais e federais para edificar o empreendimento.

Local e data

---

Nome e assinatura do representante legal





## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE INDENIZAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** que, ao participar do procedimento em referência, tem ciência de que não lhe caberá nenhuma indenização por quaisquer valores preliminares despendidos para elaboração de estudos, sondagens, projetos, entre outros necessários à contratação junto ao agente financeiro ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA ou em decorrência de sua negativa.

Itajaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

\_\_\_\_\_  
NOME

\_\_\_\_\_  
CARGO



## ANEXO VI

### ESPECIFICAÇÕES GERAIS DO EMPREENDIMENTO

Obedecendo a legislação vigente e as regras do Programa Minha Casa Minha Vida – FAR – FAIXA 1 - PAC Vinculado, e a Legislação Municipal, a empresa selecionada deverá desenvolver proposta técnica para implantação de 400 (quatrocentas) Unidades Habitacionais, tipologia Apartamento, no valor máximo de aquisição de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) por unidade habitacional, respeitando as dimensões mínimas do PMCMV, incluídos a infra-estrutura, o tratamento urbano e paisagístico do entorno, levando em conta os planos de expansão das redes públicas de água, energia, esgoto e de drenagem e respeitando as diretrizes ambientais, urbanísticas e edíficas do Município de Itajaí e outros dispositivos aplicados à área do empreendimento.

1. O complexo habitacional deverá ser dividido em 02 (dois) condomínios, nomeados como Condomínio Tibério Testoni I e Tibério Testoni II, nas duas áreas apresentadas pelo Município, constantes no ANEXO I deste Edital;

2. A disposição dos blocos isolados deverá levar em conta a orientação solar, espaçamentos adequados, recuos mínimos, acessibilidade e princípios de sustentabilidades, sugerindo-se a presença estruturante de vegetação (preservada ou incorporada ao projeto), ventilação natural, captação de água de chuva, uso de energia solar, reutilização de águas cinzas, sombreamento sobre fachadas e calçadas, previsão de espaço para instalação de elevadores, projeto para instalação de ar condicionado, individualização de água e gás, vegetação nos pátios, espaços adequados para coleta seletiva e coletiva de lixo;

3. Conforme previsto no PMCMV, deverá haver previsão de unidades habitacionais destinadas aos idosos e aos portadores de necessidades especiais e/ou doenças crônicas;

4. Não só pelo fator estético, mas objetivando possibilitar identidade e apropriação do espaço pelas famílias dos mutuários, é sugerida à empresa, a combinação adequada e diferenciada dos blocos das unidades habitacionais, de modo a evitar a monotonia e a massificação do conjunto habitacional

Maiores esclarecimentos e detalhamento das especificações serão oferecidos à(s) empresa(s) selecionada(s) pela equipe técnica da Secretaria Municipal Habitação, em reunião específica pelo Grupo de Apoio Técnico, em ocasião oportuna, após sua convocação.

Itajaí,        de                    de 2018.



## ANEXO VII

### MINUTA DO TERMO DE HABILITAÇÃO EMPRESA DA CONSTRUÇÃO CIVIL INTERESSADA NA PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) – FAR – FAIXA 1

1. O **MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 83.102.277/0001-52, com sede na Rua Alberto Werner, nº 100, Vila Operária, Itajaí/SC, representado por seu Secretário Municipal de Habitação, Sr. Odivan Wivaldo Linhares, doravante denominado **MUNICÍPIO**, concluído o processo de Habilitação, instituído pelo Edital de Chamamento n. 001/2018, **DECLARA** habilitadas as empresas de construção civil abaixo qualificadas:

*(qualificação completa da empresa habilitada)*

2. Ficam as empresas acima descritas autorizadas a apresentarem junto à Caixa Econômica Federal, no prazo máximo de 05 (cinco) dias contados após a emissão deste Termo de Habilitação, proposta contendo a documentação completa para análise e contratação da operação no âmbito do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) – FAIXA 1.

2.1.1. O prazo estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado a critério da Caixa Econômica Federal.

3. A proposta a ser apresentada pela empresa selecionada pela Caixa Econômica Federal deverá atender às condições de contratação do PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), conforme critérios estabelecidos pelo mesmo, além de considerar as especificações para unidades habitacionais e obrigações indicadas pelo Município de ITAJAÍ, conforme Anexo VI do Edital de Chamamento nº. 001/2018.

ITAJAÍ, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Odivan Wivaldo Linhares**  
Secretário Municipal de Habitação

Secretaria Municipal de Habitação  
Rua Antonio Caetano • 105 • Fazenda  
Itajaí • Santa Catarina • 88.302-380  
Fone: 47 3908-6010  
[www.itajai.sc.gov.br](http://www.itajai.sc.gov.br)